



2017/2136(DEC)

13.11.2017

PROJETO DE PARECER

da Comissão do Ambiente, da Saúde Pública e da Segurança Alimentar

dirigido à Comissão do Controlo Orçamental

sobre a quitação pela execução do orçamento geral da União Europeia para o exercício de 2016, Secção III - Comissão e agências de execução (2017/2136(DEC))

Relatora de parecer: Adina-Ioana Vălean

PA_NonLeg

SUGESTÕES

A Comissão do Ambiente, da Saúde Pública e da Segurança Alimentar insta a Comissão do Controlo Orçamental, competente quanto à matéria de fundo, a incorporar as seguintes sugestões na proposta de resolução que aprovar:

1. Manifesta a sua satisfação quanto à execução global pela Comissão das rubricas orçamentais relativas ao ambiente, à ação no domínio do clima, à saúde pública e à segurança alimentar em 2016;
2. Congratula-se com o trabalho levado a cabo pelas cinco agências descentralizadas que se encontram no seu âmbito de competências e que exercem funções técnicas, científicas ou administrativas que ajudam as instituições da União a elaborar e a executar as políticas no domínio do ambiente, do clima, da saúde pública e da segurança alimentar, bem como com a forma como os seus orçamentos são executados;
3. Regista, relativamente à secção «Desenvolvimento rural, pescas, ambiente e alterações climáticas» no capítulo relativo ao ambiente, uma ligeira redução da taxa de erro global no relatório do Tribunal de Contas Europeu (TCE) respeitante a 2016, com 4,9 % em comparação com 5,3 % em 2015 e 6,2 % em 2014; observa que, no que se refere ao ambiente, à ação climática e às pescas, os 3 erros quantificáveis identificados nas operações examinadas pelo Tribunal ficaram a dever-se a despesas inelegíveis;

Ambiente e ação climática

4. Salienta que o orçamento da DG ENV é executado essencialmente através de gestão centralizada direta, e que, em 2016, as dotações de autorização e pagamento ascenderam, respetivamente, a 438,31 milhões de EUR e 357,62 milhões EUR; salienta que as taxas de execução das dotações de autorização atingiram 98,95 % e que as dotações de pagamento atingiram 99,17 % no final do ano, o que é satisfatório;
5. Observa que em 2016 o programa LIFE concedeu 315 milhões de EUR para cofinanciar 157 projetos novos em 23 Estados-Membros, o que levou a mais 236 milhões de EUR de investimentos;
6. Realça que um plano de ação foi criado em 2016, na sequência das observações do Tribunal, a fim de garantir melhorias nos pagamentos em atraso no âmbito do programa LIFE; verifica que a taxa de pagamentos em atraso em 2016 atingiu os 3,9 %;
7. Toma nota de que as auditorias internas realizadas em 2016 revelaram que era possível introduzir melhorias na gestão dos recursos humanos da DG ENV, uma vez que esta não conseguiu acompanhar e comparar de forma eficaz o volume de trabalho no seu seio;
8. Realça que as auditorias internas também revelaram que havia atrasos na execução de uma recomendação muito importante ligada à segurança informática (sobre a gestão da segurança do sistema informático do RCLE da UE), o que expõe a DG ao risco de violações da segurança;
9. Salienta que o orçamento da DG CLIMA é executado essencialmente através de gestão

centralizada direta, e que, em 2016, as dotações de autorização e pagamento ascenderam, respetivamente, a 118,1 milhões de EUR e 59,25 milhões EUR; salienta que, embora tenha ascendido a 99,72 % das dotações de autorização, a taxa de execução foi apenas de 70,49 % para as dotações de pagamento, devido à assinatura apenas no final de dezembro de 2016 de três novas operações ao abrigo do instrumento financeiro Financiamento Privado para a Eficiência Energética (PF4EE);

Saúde Pública

10. Observa que a DG SANTE foi responsável, em 2016, pela execução de 184,40 milhões de EUR inscritos nas rubricas orçamentais da saúde pública, dos quais 89,88 % foram atribuídos de forma satisfatória; toma nota de que o nível de execução das dotações para pagamentos se situa nos 89,86 %;
11. Assinala que a avaliação *ex post* do segundo Programa Saúde, concluída em julho de 2016, demonstrou que, embora o Programa tenha produzido resultados valiosos com uma ligação clara às prioridades da política nacional de saúde da União, ainda há margem para melhorias no que diz respeito à divulgação das realizações da ação e às sinergias com outros instrumentos de financiamento da União, como os fundos estruturais;

Segurança alimentar, saúde e bem-estar dos animais e fitossanidade

12. Observa que a DG SANTE foi responsável, em 2016, pela execução de 240,5 milhões de EUR inscritos nas rubricas orçamentais no domínio da segurança dos alimentos para consumo humano e animal, da saúde animal, do bem-estar animal e da fitossanidade, dos quais 98,37 % foram atribuídos de forma satisfatória; toma nota de que o nível de execução das dotações para pagamentos se situa nos 98,00 %;
13. Regista que o Tribunal publicou um Relatório Especial sobre a auditoria de resultados nos programas de erradicação de doenças animais que abrange o período 2009-2014, que concluiu que a estratégia adotada pela Comissão foi correta e reconheceu alguns sucessos notáveis, tal como a diminuição dos casos de encefalopatia espongiforme bovina (EEB) em bovinos, de salmonelose em aves de capoeira e de raiva em animais selvagens;
14. Toma nota de que, em 2016, a DG SANTE lançou o primeiro produto da iniciativa «Situação da Saúde na UE», o relatório conjunto da OCDE e da Comissão intitulado «Health at a Glance: Europe 2016» [A saúde num relance: Europa 2016], criou 23 Redes Europeias de Referência para doenças raras, instituiu um grupo de trabalho sobre a resistência antimicrobiana e estabeleceu uma nova plataforma da UE sobre as perdas e os desperdícios alimentares;
15. Considera, com base nos dados disponíveis e no relatório de execução, que pode ser concedida quitação à Comissão pela execução das despesas nos domínios da política ambiental e climática, da saúde pública e da segurança alimentar relativas ao exercício de 2016.